

Comissão contra Getulinho realiza análise probatória

NA CÂMARA DE SÃO CAETANO

Comissão contra Getulinho realiza análise probatória

Relatório final tem de ser apresentado até 10 de dezembro e levado a plenário no dia seguinte

WILSON GUARDIA
wilsonguardia@igabc.com.br

A comissão processante instaurada em 8 de setembro na Câmara de São Caetano para apurar possíveis condutas incompatíveis com a dignidade do cargo e quebra do decoro parlamentar atribuídas a Getulio de Carvalho Filho, o Getulinho (União Brasil), está na fase de análise das provas. Nesta etapa, os integrantes do colegiado examinam documentos, imagens e outros elementos apresentados no processo e preparam as oitivas das testemunhas.

O relatório final deverá ser apresentado até 10 de dezembro, data-limite do prazo de 90 dias corridos, e a sessão para votação do documento está prevista para o dia seguinte.

Alvo da investigação, Getulinho apresentou suas contrarrazões no último dia do prazo, 21 de setembro. Os integrantes da comissão, porém, decidiram dar continuidade ao processo. O grupo é formado por Cícinho Moreira (PL), presidente; Bruno Vasari (PSB), relator; e Welber Macedo (PSB), membro.

A decisão de manter a apuração, segundo o entendimento dos integrantes, não representa movimento político para prejudicar o vereador. Afirmam que a proposta é conduzir a análise dos documentos



GETULIO. Não teme cassação

com cautela e rigor técnico. O colegiado mantém discrição sobre o andamento dos trabalhos e não informa quando nem quantas testemunhas serão ouvidas.

“Com o objetivo de garantir a ampla defesa do vereador, mitigar quaisquer interpretações antecipadas e distorcidas sobre os atos tomados pela comissão, que o caso ganhe projeções políticas em detrimento do rigor técnico e em respeito ao sigilo das informações, detalhes sobre o andamento da ação serão preservados até o fim o prazo regimental de análise”, pontuou a comissão.

Concluída a análise, o relatório será encaminhado ao plenário para votação pelos vereadores. Caso os apontamentos sejam aprovados, poderá haver a cassação do

mandato, conforme as regras aplicáveis ao processo. A eventual perda do cargo e seus efeitos jurídicos dependerão do resultado da votação e das disposições legais pertinentes.

Getulinho foi denunciado pelo ex-assessor Wilson Russo Píotro, que atuou como chefe de gabinete entre julho e outubro de 2025, e pelo servidor municipal Geová Ferreira de Oliveira Braz. Os dois sustentam que o vereador teria invadido a UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do IMEAS (Hospital Municipal de Emergências Albert Sabin) sem utilizar a paramentação adequada, além de ter abusado de suas prerrogativas e colocado em risco a saúde dos pacientes internados.

O dossiê apresentado à Câmara também menciona dois processos nos quais Getulinho foi condenado em primeira instância: um por difamação e injúria e outro por calúnia, injúria e difamação.

Procurado, Getulinho afirmou não temer a possibilidade de cassação e criticou a mídia, que classificou como tendenciosa. “A vontade popular e a democracia estão acima de tudo”, disse. No mês passado, ao *Diário*, garantiu que em sua defesa anexou imagens de câmera corporal. Segundo o vereador, as gravações mostram que a ação foi autorizada e acompanhada por guardas-civis. As imagens também mostram o uso de máscara facial.

O parlamentar questionou ainda a relação dos fatos com o mandato. “A denúncia não aponta qual con-

duta teria quebrado o decoro”, disse, ao complementar que um dos episódios mencionados ocorreu em outubro de 2024, quando ainda

não estava no cargo.

Essa é a terceira comissão processante em quatro meses. A primeira, contra Matheus Gianello (PL), que renunciou

em 28 de agosto, teve início em maio. A outra, em desfavor de César Oliva (PSD), começou em 16 de setembro e acabou arquivada em 13 dias.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3